

GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA

O NORDESTE BRASILEIRO FRENTE AO MERCOSUL

Airton Saboya Valente Júnior

Mestre em Economia, pesquisador do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Antônio de Castro Queiroz Serra

*Mestre em Economia, técnico em desenvolvimento econômico
do Banco do Nordeste do Brasil S.A.*

Resumo: Avalia aspectos relevantes da regionalização e globalização da economia mundial, tendo ainda em perspectiva as consequências da formação do Mercado Comum do Sul-MERCOSUL para o Nordeste brasileiro. Constatou-se que as atuais tendências no âmbito desse bloco econômico estão privilegiando os aspectos mercantilistas, com intensa participação de setores privados e excessiva abertura econômica para terceiros países, enquanto que as questões relativas à cooperação e desenvolvimento econômico estão relegadas a plano inferior. Diante dessas circunstâncias, o setor que se afigura mais beneficiado com a integração é o grande capital com interesses no Cone Sul. Em termos de Nordeste brasileiro, existem segmentos econômicos com grande potencial de crescimento em face da ampliação de mercados. Não obstante, a Região como um todo poderá sofrer perdas de recursos e investimentos, aumentando, conseqüentemente, as desigualdades em relação às áreas mais prósperas do MERCOSUL.

1. INTRODUÇÃO

Os fenômenos da regionalização e globalização da economia internacional ganharam importância a partir do término do segundo conflito mundial. Esses dois processos obtiveram um grande impulso em função, principalmente, do crescimento de empresas multinacionais e oligopólios internacionais que, no intuito de racionalizarem procedimentos administrativos e reduzirem custos de produção, estimularam a internacionalização das economias nacionais.

Uma das respostas sul-americanas ao fenômeno da regionalização concretizou-se quando da assinatura do Tratado de Assunção, em 26.03.91, que

previa a formação de um mercado comum composto pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai a partir de 31.12.94.

Diferente de outros processos de integração, o MERCOSUL adotou princípios liberais no que diz respeito ao comércio com terceiros países, participação passiva dos setores públicos na condução das políticas agrícola e industrial, privilégio às forças de mercado e ausência de proteção aos investimentos já efetuados no âmbito dos quatro países.

O alinhamento econômico do MERCOSUL com as nações desenvolvidas, sem qualquer contrapartida em termos de maior acesso aos mercados desses países, resultará em grandes impactos sobre as economias dos quatro países sul-americanos e, de forma especial, sobre o Brasil.

Deve-se ressaltar que, embora a redução tarifária seja uma necessidade para a inserção do MERCOSUL no plano internacional, os países industrializados contrabalançaram essas reduções tarifárias nos últimos anos (6% ou menos em média) com outras medidas protecionistas, a exemplo de quotas, subsídios, contenção voluntária de exportações, medidas compensatórias e antidumping, controles fitossanitários e padrões de qualidade que dependem de tecnologias não disponíveis nos países subdesenvolvidos.

Diante dessas circunstâncias e das implicações que o projeto MERCOSUL desencadeará no Brasil, e mais especificamente na região Nordeste do País, torna-se fundamental a elaboração de uma análise dos fenômenos da regionalização e globalização, que vêm afetando diferentes economias nacionais.

Considera-se também de suma importância, a elaboração de sugestões e propostas, a fim de que órgãos de desenvolvimento nacionais e regionais possam elaborar uma estratégia de atuação diante dessas novas conjunturas.

Assim, o presente estudo tem como objetivos analisar as tendências à regionalização e globalização da economia mundial, bem como determinar algumas implicações da formação do Mercado Comum do Sul para o Nordeste brasileiro.

2. REGIONALIZAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL

Embora somente após o fim da II Guerra Mundial tenha aumentado o interesse pela formação de blocos de países integrados economicamente, a tendência à regionalização e a tentativa de integrar economias de diferentes países não são novas, se assim forem consideradas as unificações alemã, italiana e mesmo a formação dos Estados Unidos.

O Tratado de Roma, assinado em 1957, desencadeou um dos processos de integração econômica de maior êxito, até hoje: a Comunidade Européia (atualmente União Européia - UE) que, baseada em espírito de cooperação e planejamento, ampliou de seis membros fundadores (Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo) para nove na década de 70; (aderiram Dinamarca, Inglaterra e Irlanda), chegando a doze nos anos 80, com a inclusão da Espanha, Grécia e Portugal. Atualmente há diversos países interessados em ingressar na União.

A partir da experiência da UE, vários blocos de comércio começaram a surgir nos diferentes continentes. A Associação Européia do Livre Comércio - AELC, a Associação Latino-Americana do Livre Comércio - ALALC, o Mercado Comum Centro-Americano - MCCA, o Grupo Andino, a Associação das Nações do Sudeste Asiático - ANSA, o Conselho para a Cooperação Econômica Mútua - COMECON e Agrupamentos de Estados Africanos Independentes exemplificam tentativas de maior ou menor sucesso de integração econômica.

As motivações para impulsionar os planos de integração variam conforme o caso. Na Europa, a integração constituiu-se em uma solução para a reconstrução dos países devastados pelo segundo conflito mundial. Além disso, o provimento da plena ocupação do território, as correções na distribuição de renda, o fomento do desenvolvimento econômico e a diminuição da insegurança do comércio no continente constituíram fortes fatores para integrar os países. (BELA BALASSA, 1961)⁽²⁾.

O alcance do desenvolvimento econômico foi um dos mais importantes atrativos para os países pobres buscarem a integração econômica. Além disso, outros fatores contribuíram para esse tipo de iniciativa, dentre os quais citam-se: a ampliação de mercados para o surgimento de novas indústrias, a produção em grande escala (inaplicável em mercados pequenos), o incremen-

to do poder de negociação e a redução da vulnerabilidade externa dos países integrados; e o desejo de imitar o exemplo europeu, com o deliberado propósito de contrabalançar os possíveis efeitos adversos decorrentes da criação da UE. (BELA BALASSA, 1961)⁽²⁾.

A regionalização e a formação de megabloco econômico contra-põem-se, de certa forma, ao multilateralismo econômico e ao livre comércio entre as nações, uma vez que, embora as políticas entre os países-membros sejam liberais, paradoxalmente a zona ou área "integrada" adota frequentemente mecanismos de discriminação e/ou restrição contra terceiros países, buscando alcançar o fortalecimento econômico e político através da conjugação de forças e proteção de seus membros.

A forma e o nível de integração entre os países obedecem a diferentes gradações. Usualmente, a teoria da integração adota a seguinte classificação:

- a) **Área ou Zona de Livre Comércio:** nesse nível de integração os países participantes retiram as tarifas e restrições quantitativas entre si, sendo que as tarifas para terceiros países, não pertencentes à área de livre comércio, são estabelecidas por cada membro de forma individual e particular;
- b) **União Aduaneira:** os países participantes eliminam as tarifas e restrições quantitativas entre si, e estabelecem uma tarifa externa comum no comércio com países não membros da união;
- c) **Mercado Comum:** a integração além de eliminar as restrições ao comércio (tarifas e restrições quantitativas) retira os entraves que dificultam a livre movimentação de fatores de produção (mão-de-obra, capital e tecnologia);
- d) **União Econômica:** esse tipo de integração combina a eliminação de restrições ao comércio e à livre movimentação de fatores de produção juntamente com certo nível de harmonização das políticas econômicas nacionais dos países-membros, tendo por finalidade a abolição de discriminações não-tarifárias, que são usuais quando as políticas são incompatíveis;
- e) **Integração Econômica Total:** os estados-membros estabelecem uma instituição supranacional, cujas decisões são obrigatórias para os participantes, através da qual unificam suas políticas monetária, fiscal e cambial. As restrições ao comércio e ao movimento de fatores de produção são abolidas.

Paralelamente aos processos de regionalização, a globalização das economias é um fenômeno que vem ganhando consistência nos últimos quarenta anos. O termo "globalização" deve aqui ser entendido como um fenômeno de intenso inter-relacionamento e interdependência entre as nações, em consequência dos avanços nos sistemas de comunicação e transmissão de dados via informática, das conexões mundiais de mercados, além do fortalecimento de oligopólios internacionais e empresas multinacionais.

O advento da globalização implica políticas comerciais liberalizantes e remoção de barreiras protecionistas entre as nações. Este processo não vem ocorrendo de maneira uniforme e progressiva entre os diferentes países. Ao contrário, o fenômeno é marcado por avanços e retrocessos e, de certa forma, se contrapõe à formação de blocos econômicos.

A globalização é resultado em grande parte da interconexão global de mercados cambiais, financeiros e de capitais. Este processo foi fortemente estimulado pelos crônicos *deficits* na balança comercial e fiscal norte-americana, cujo financiamento passou a ser viabilizado por fluxos de capitais provenientes do Japão, da Europa e até mesmo de países do terceiro mundo. (COUTINHO e SUZIGAN, 1990)⁽⁴⁾.

Este fluxo de capitais ocasiona um intenso processo de trocas comerciais e movimentações financeiras entre os principais países industrializados. Isto fica evidente quando se observa o montante de compras de bens patrimoniais norte-americanos por parte de europeus/japoneses e vice-versa.

Apesar das contradições entre os dois processos acima descritos, ou seja, regionalização e globalização, o papel desempenhado pelo capital comercial, industrial e financeiro tem sido de real importância nos dois casos.

Ao grande capital interessa menos o sistema de estados territoriais, cujo objetivo é a auto-suficiência via expansão territorial, alimentando constantes conflitos militares e políticos. A tendência que se observa, hoje, é a formação de estados comerciais, voltados fundamentalmente para objetivos econômicos através da formação de megablocos e integração via comércio internacional (JAGUARIBE, 1991)⁽⁹⁾.

A ampliação de mercados a nível mundial passou a ser uma necessidade para as grandes corporações, uma vez que os novos produtos e serviços

possuem, via de regra, montante considerável de tecnologia incorporada, fruto de pesquisas científicas e/ou de *marketing*, e curto ciclo de vida.

Os valores finais de produção tornam-se mais elevados com a agregação de tecnologias modernas, enquanto que a rapidez dos avanços científicos e tecnológicos conduzem à obsolescência de produtos e equipamentos em um curto espaço de tempo. Estas características dos novos produtos inviabilizam, portanto, a produção em pequenas escalas, surgindo, então, a necessidade de ampliação do número de consumidores, objetivando a pronta recuperação dos altos investimentos efetuados.

As indústrias automobilística, de informática, de cosméticos, cinematográfica, de alimentos e bebidas e outras passaram a lançar produtos a nível mundial com o envolvimento de campanhas publicitárias simultâneas em diferentes países. Tais procedimentos exigem a uniformização de hábitos e costumes dos consumidores, a adoção de normas, padrões e especificações técnicas homogêneas, e a desregulamentação no que diz respeito aos aspectos jurídicos, tarifários e aduaneiros.

Dessa forma, a necessidade de atender às demandas e exigências dessas transformações, que atualmente ocorrem, impulsiona as economias para os dois processos anteriormente descritos, ou seja, regionalização e globalização, embora existam contradições entre ambos, determinando em última instância que, mesmo as decisões em nível local tenham cada vez mais em conta o plano internacional.

3. O MERCADO COMUM DO SUL - MERCOSUL

3.1. ANTECEDENTES E ORIGENS

O Mercado Comum do Sul é uma das respostas sul-americanas à nova realidade mundial, que contempla de um lado a regionalização, ligada à consolidação de blocos econômicos, e de outro a globalização, expressa através do aprofundamento da internacionalização das economias nacionais.

Os antecedentes mais remotos de integração na América Latina têm origem na década de 60 com a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio-ALALC, posteriormente transformada em Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração - ALADI.

A ALALC teve como fonte de inspiração teórica os preceitos emanados da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL, à qual estava associado um receituário de desenvolvimento econômico que pregava a ampliação do mercado regional e a elaboração de uma estratégia comum de industrialização, sustentada no modelo de substituição de importações, protecionismo às indústrias locais e papel ativo do estado na formulação das políticas industriais. A ALALC encontrou grandes dificuldades para deslanchar a integração latino-americana.

O auge dos movimentos e ideologias nacionalistas, o autoritarismo que prevalecia em quase todos os países do subcontinente, as estratégias nacionais de desenvolvimento que pouco espaço davam à integração, a grande diversidade de realidades entre os países latino-americanos, no que se refere a instituições sociais, econômicas e políticas, além da crise da dívida externa que atingiu praticamente todos os países da América Latina nos anos 80, todos estes fatores impediram a efetivação do processo de integração (HIRST, 1991)⁽⁸⁾.

Apesar das dificuldades, as políticas de aproximação entre os países latino-americanos proporcionaram crescimento no comércio intra-regional nas décadas de 60-70, perdendo velocidade nos anos 80, em função da recessão mundial e da crise da dívida externa. Também a industrialização e a exportação de produtos manufaturados, especialmente pelos maiores países da América Latina, podem ser trunfos creditados, em grande parte, à política de substituição de importações sob inspiração da CEPAL, que encontrou respaldo no âmbito da ALALC/ALADI.

A TABELA 1 comprova esse fato, pois as exportações totais dos países integrantes da ALALC/ALADI cresceram a uma taxa anual média de 12,7% no período 1960/80, enquanto as exportações intra-ALADI aumentaram a uma taxa anual média de 15,9%, no mesmo período. Também a relação entre as exportações intra-ALADI e as exportações totais da ALALC/ALADI passou de 7,7% em 1960 para 13,7% em 1980, enquanto relação exportações intra-ALADI/exportações da ALALC/ALADI para a América Latina aumentou de 79,9%, em 1970, para 90,9%, em 1980.

Dentro das tendências mais recentes no âmbito da ALADI de estimular a assinatura de acordos bilaterais e unilaterais entre seus países-membros, considerando-se a necessidade de fortalecer os novos regimes democráticos da Argentina e Brasil, além da tentativa de se retomar o caminho do desen-

volvimento econômico nos dois países, surgiu em 1986, entre ambos, o Programa de Integração e Cooperação Econômica - PICE.

TABELA 1
Evolução das Exportações da ALALC/ALADI
1960-80

	(US\$ milhões)				
Especificação	1960	1965	1970	1975	1980
Exportações Totais da ALALC/ALADI	7.345	9.389	12.787	29.664	79.569
Exportações da ALALC/ALADI para a América Latina	—	—	1.584	5.031	11.962
Exportações Intra-ALADI	567	842	1.266	4.010	10.879

FONTE: ROSENTHAL, G. (12)

NOTA: Os países que integram a ALALC/ALADI são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

A assinatura do PICE foi possível a partir da resolução de controvérsias entre os dois países no final da década de 70. Assim, a solução da questão do uso dos recursos hidrelétricos do rio Paraná, a desmilitarização das relações entre os dois países, a cooperação no setor estratégico de energia nuclear e a mudança do autoritarismo para sistemas democráticos, em ambas as nações, foram fatores decisivos para o fechamento do acordo.

O PICE representou uma proposta de desenvolvimento que não se baseava unicamente em intercâmbios comerciais, mas permitia a colaboração, a cooperação e a complementação econômica entre os dois países. Calcava-se, também, em princípios de gradualidade, flexibilidade, equilíbrio e simetria, possibilitando assim que os setores produtivos se adaptassem progressivamente às novas condições de abertura parcial e seletiva de mercados, estimulando o interesse entre os participantes e implementando projetos compatíveis com a situação econômica de cada país.

Conforme ALIMONDA (1992)⁽¹⁾, as principais propostas do PICE objetivavam:

- a) formação de uma alternativa de desenvolvimento baseada em um amplo programa de integração econômica e cooperação;
- b) favorecimento da integração interindustrial através do intercâmbio de insumos industriais semi-elaborados, superando as limitações que a recessão impunha a cada economia nacional;
- c) fortalecimento de vínculos comerciais entre as duas economias;
- d) assinatura de protocolos referentes à colaboração científica, tecnológica e cultural.

O PICE introduziu uma nova dinâmica nas relações entre Argentina e Brasil, sendo responsável pelo aumento de comércio entre os dois países, além de mobilizar positivamente alguns segmentos econômicos e políticos dos dois países (HIRST e STREB, 1992).

Apesar de o intercâmbio entre Argentina e Brasil ter aumentado, verificou-se que o Programa tendia a perder dinamismo, fruto da instabilidade macroeconômica dos dois países que apresentavam um quadro simultâneo de inflação, recessão e bruscas oscilações nas taxas de câmbio. Desse modo, um importante passo foi dado no ano de 1988, com o objetivo de dar continuidade ao processo de integração bilateral: a assinatura de um Tratado de Integração, através do qual os dois países criariam um Mercado Comum em um prazo de dez anos.

Os novos governos dos dois países introduziram, a partir de 1990, uma profunda modificação no Tratado de Integração, ou seja, com a assinatura da Ata de Buenos Aires os dois signatários concordaram em estabelecer o Mercado Comum em um prazo de cinco anos, isto é, 31.12.94, além de fixar um mecanismo automático e progressivo de reduções tarifárias para liberalizar o comércio bilateral.

Assim, ao tempo em que o prazo para consolidar a integração foi drasticamente reduzido, os governos dos dois países permitiram que as forças de mercado tomassem conta do processo (vide TABELA 2), sendo consequentemente privilegiados os aspectos comerciais, enquanto que as alternativas conjuntas de desenvolvimento foram relegadas a plano inferior.

Finalmente, Paraguai e Uruguai se juntaram à Argentina e ao Brasil, em 1991, para constituir o Mercado Comum do Sul sob os mesmos preceitos estabelecidos na Ata de Buenos Aires.

TABELA 2
Comércio Exterior entre Brasil e Argentina
1980-93

(US\$ milhões)

Anos	Exportações do Brasil	Importações do Brasil	Saldo Comercial	Total do Intercâmbio
1980	1.092	757	335	1.849
1981	880	588	292	1.468
1982	666	550	116	1.216
1983	657	358	299	1.015
1984	853	511	342	1.364
1985	548	469	79	1.017
1986	678	737	-59	1.415
1987	832	580	252	1.412
1988	979	707	272	1.686
1989	710	1.239	-529	1.949
1990	645	1.409	-764	2.054
1991	1.476	1.615	-139	3.091
1992	3.069	1.686	1.383	4.755
1993	3.661	2.625	1.036	6.286

FONTES: FUNCEX e MRE.

3.2. OBJETIVOS, CARACTERÍSTICAS E ÓRGÃOS PROVISÓRIOS DO MERCOSUL

A criação do MERCOSUL, segundo expresso no Tratado de Assunção, visa atingir os seguintes objetivos (MRE e IPARDES, 1992):

- a) acelerar o processo de desenvolvimento econômico com justiça social;

- b) lograr uma adequada inserção internacional por parte dos países signatários;
- c) avançar no esforço tendente ao desenvolvimento progressivo da integração da América Latina;
- d) promover o desenvolvimento científico e tecnológico dos Estados-parte e modernizar suas economias para ampliar a oferta e a qualidade dos bens e serviços disponíveis, a fim de melhorar as condições de vida de seus habitantes; e
- e) estabelecer as bases para uma união cada vez mais estreita entre os povos integrantes do MERCOSUL.

Conforme explicitado no próprio Tratado de Assunção [MRE e IPARDES (1992)⁽¹¹⁾], os principais instrumentos para a constituição do Mercado Comum são:

- a) um programa de liberação comercial, que consistirá em reduções *tarifárias progressivas, lineares e automáticas*, acompanhadas da eliminação de restrições não tarifárias ou medidas de efeito equivalente, assim como de outras restrições ao comércio entre os Estados-parte, para chegar a 31 de dezembro de 1994 com tarifa zero, sem barreiras não-tarifárias sobre a totalidade do universo tarifário;
- b) a coordenação de políticas macroeconômicas que se realizará gradualmente e de forma convergente com os programas de desgravação tarifária e eliminação de restrições não-tarifárias, indicados no item acima;
- c) uma tarifa externa comum, que incentivará a competitividade externa dos Estados-parte;
- d) a adoção de acordos setoriais, com o fim de otimizar a utilização e mobilidade dos fatores de produção e alcançar escalas operativas eficientes.

O Conselho do Mercado Comum e o Grupo do Mercado Comum foram os órgãos provisórios criados para administrar e executar o Tratado de Assunção, acordos específicos e decisões relativas ao MERCOSUL, até que seja criada a estrutura institucional definitiva dos órgãos de administração, assim como as atribuições específicas de cada um deles e um sistema de tomada de decisões.

Segundo os artigos 10 e 11 do Tratado de Assunção, o Conselho do Mercado Comum é o órgão superior do MERCOSUL, cabendo-lhe a

condução política do mesmo e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos e prazos estabelecidos para a constituição definitiva do Mercado Comum, sendo seus integrantes os Ministros de Relações Exteriores e os Ministros de Economia dos Estados-parte (MRE e IPARDES 1992)(11).

Conforme os artigos 13 e 14 do Tratado, o Grupo Mercado Comum é o órgão executivo do MERCOSUL, podendo constituir os subgrupos de trabalho que forem necessários para o cumprimento de seus objetivos. Sua coordenação ficará a cargo dos Ministérios das Relações Exteriores, sendo integrado por quatro membros titulares e quatro membros alternos por país, que representem os seguintes órgãos públicos:

- a) Ministério das Relações Exteriores;
- b) Ministério da Economia; e
- c) Banco Central (MRE e IPARDES, 1992)(11).

Até o presente momento, o Grupo do Mercado Comum instalou onze subgrupos de trabalho, a fim de coordenar as políticas macroeconômicas e setoriais. Os subgrupos, bem como os temas de que cada um deles se ocupa, são os que se seguem:

- . **Subgrupo 1** - Assuntos Comerciais;
- . **Subgrupo 2** - Assuntos Aduaneiros;
- . **Subgrupo 3** - Normas Técnicas;
- . **Subgrupo 4** - Políticas Fiscal e Monetária Relacionadas com o Comércio;
- . **Subgrupo 5** - Transporte Terrestre;
- . **Subgrupo 6** - Transporte Marítimo;
- . **Subgrupo 7** - Política Industrial e Tecnológica;
- . **Subgrupo 8** - Política Agrícola;
- . **Subgrupo 9** - Política Energética;
- . **Subgrupo 10** - Coordenação de Políticas Macroeconômicas; e
- . **Subgrupo 11** - Relações Trabalhistas, Emprego e Segurança Social.

4. O NORDESTE BRASILEIRO E O MERCOSUL

Uma das principais preocupações que aflige os integrantes de um projeto de mercado comum diz respeito aos grupos de indivíduos, setores, regiões e países que ganharão com o processo, e àqueles que sofrerão prejuízos.

A integração econômica oferece, em princípio, oportunidades de obtenção de benefícios a todos os países-membros. Essas oportunidades decorrem, principalmente, do aumento do mercado, do incremento do fluxo comercial entre os países-membros, do surgimento de complementações de ordem econômica e produtiva, de ganhos de qualidade e produtividade e de maior poder de negociação com outros blocos econômicos e organismos internacionais.

Contudo, alguns participantes podem não aproveitar essas oportunidades de forma integral ou ainda deixar de usufruí-las em função, sobretudo, da dificuldade que cada país enfrenta para pôr em prática políticas econômicas adaptadas à nova realidade do mercado ampliado, dos instrumentos e mecanismos idealizados pelos negociadores do programa de integração e das características econômicas heterogêneas de cada participante (MACADAR, 1992)⁽¹⁰⁾.

O primeiro fator é de responsabilidade direta nacional, o segundo depende do tipo de integração adotado, enquanto que o terceiro está relacionado a condicionantes estruturais, tendo a ver especificamente com o grau de desenvolvimento e com a dotação de recursos de cada região (MACADAR, 1992)⁽¹⁰⁾.

Em relação ao primeiro fator, ou seja, às políticas econômicas nacionais, é necessário ressaltar que a integração traz consigo uma perda relativa de autonomia no processo decisório dos países que compõem o mercado comum.

Esse aspecto, em termos de MERCOSUL, trará como consequência para os quatro países signatários do Tratado de Assunção, no plano internacional, maior exposição a padrões de competição, tornará as políticas monetárias, cambiais e fiscais do Brasil suscetíveis a interferências externas, na medida em que a integração se consolide.

Assim, as intervenções do Estado brasileiro no território nacional, sejam elas através das políticas regionais explícitas ou ainda através das políticas globais e setoriais, ficarão sujeitas a condicionantes externos. Nesse rol incluem-se os instrumentos estritamente regionais atualmente em vigor em nosso País, tais como os incentivos fiscais e financeiros que beneficiam o Nordeste.

Quanto ao segundo fator, ou seja, os instrumentos e mecanismos adotados no processo de integração, o direcionamento do MERCOSUL tem sido

para uma participação intensiva de setores privados, uma maior abertura econômica e reduções tarifárias para terceiros países. Por outro lado, o MERCOSUL enfatiza a orientação para o exterior baseada nas forças de mercado e competitividade, ao invés das políticas de intervenção para alocar recursos e corrigir desigualdades.

Este modelo de liberalização de fronteiras e subordinação às exigências do mercado internacional adotado pelo MERCOSUL é diferente das políticas que implementaram o desenvolvimento da União Européia e de alguns países desenvolvidos, tais como os Estados Unidos e Japão. A UE consolidou-se fechando seu mercado e promovendo os setores industrial e sobretudo agrícola, os EUA mantêm ainda hoje políticas protecionistas, enquanto no Japão existe grande atuação do Estado na promoção industrial e persistente proteção de seus mercados.

Naturalmente que, dada a orientação de mínima participação do Estado no projeto MERCOSUL e privilégio à lógica mercadológica, os setores mais organizados da sociedade e com maior força política, ou seja, os grandes conglomerados comerciais, industriais e financeiros, estão fazendo valer seus interesses no delineamento do Mercado Comum do Sul. São estes segmentos que têm condições de competir a nível internacional, colocar seus produtos no mercado exterior e obter a maior fatia das vantagens do processo integracionista.

Por outro lado, os setores mais vulneráveis, representados por pequenos produtores e microempresários, não têm condições suficientes de enfrentar uma concorrência aberta, acirrada e competitiva a nível internacional. Este segmento está a necessitar de apoio, traduzido em recursos financeiros, assistência técnica, capacitação e incentivo ao cooperativismo, para poder adquirir vantagens competitivas, ingressar no mercado e desta forma lutar em igualdade de condições com os concorrentes estrangeiros.

Sem isto, estes grupos fatalmente serão envolvidos pelas forças da livre concorrência, sendo condenados então a mudarem de atividade ou a ingressarem na marginalidade. Ressalte-se que o MERCOSUL pouco tem discutido a questão da reconversão de atividades produtivas, fato que se torna mais grave em função da inexistência, até o presente momento, de recursos financeiros para este fim, e considerando-se que mesmo na Europa este processo tem sido problemático, a exemplo do que vem ocorrendo na Espanha. (EL PAÍS, 1993)⁽⁵⁾.

Outro ponto a acrescentar é que o envolvimento da sociedade no processo de integração tem sido quase nulo. Assim, os parlamentos nacionais e suas respectivas organizações partidárias desempenharam um papel passivo no período de pré-negociações e negociações do acordo, com exceção do Uruguai. Os poderes executivos foram, com a participação dos setores privados, os principais comandantes do processo. Esse fato pode ser explicado pela ausência de partidos sólidos nos países integrantes do MERCOSUL, além de a classe política sul-americana tender a absorver agendas meramente domésticas e principalmente pela não promoção de informações e análise da extensão das consequências do processo de integração.

Conforme ALIMONDA (1992)⁽¹⁾, a constituição do Grupo do Mercado Comum, apesar de criar um fórum de negociações, está servindo apenas para implementar decisões estratégicas, já tomadas pelos presidentes dos quatro países. Além disso, os trabalhos do grupo não têm afetado a orientação do processo global e estão sendo conduzidos por empresários de cada setor.

A classe trabalhadora, apesar da existência do Subgrupo 11, não possui um espaço institucional suficiente para enfrentar as grandes questões trabalhistas que estão surgindo com o advento do MERCOSUL.

Caso o processo de integração permaneça com as atuais tendências, ROSSETO (1993)⁽¹³⁾ afirma que podem ser previstas a perda de postos de trabalho, devido à concorrência que se estabelecerá entre as empresas e conseqüentes processos de reconversão; a deterioração das condições de trabalho, através da política de contenção e diminuição salarial; e a debilidade da previdência social, além de alterações nas correlações de forças entre patrões e empregados nos processos de negociação coletiva.

Esses fatos, aliados às motivações e embasamentos que estão a guiar o MERCOSUL, são motivos de preocupação para aqueles que esperam da integração a repartição de custos e benefícios de forma equitativa e proporcional entre setores econômicos, regiões e grupos de indivíduos.

É verdade que nem todos os setores trabalhistas serão prejudicados com o processo, da mesma forma que os benefícios não atingirão a totalidade dos segmentos empresariais. De um lado e de outro surgirão oportunidades de ganhos, podendo-se estender o mesmo raciocínio para os países integrantes do Mercado Comum.

Quanto às relações do MERCOSUL com terceiros países, os Estados Unidos anunciaram o desejo de criar uma zona de livre comércio nas Américas, plano que ficou conhecido sob a denominação de Iniciativa para as Américas.

Vale destacar que os interesses norte-americanos na América Latina não abrangem a formação de um mercado comum. Limitam-se à criação de uma zona de livre comércio, com interesses e objetivos essencialmente mercantilistas, servindo como escoamento para as exportações norte-americanas, contribuindo, assim, para reduzir o *deficit* de sua balança comercial, sem maiores preocupações com o desenvolvimento econômico, como bem o demonstra o acordo firmado entre aquele país, Canadá e México.

Nesse sentido, os Estados Unidos celebraram um acordo com o MERCOSUL, conhecido como Acordo MERCOSUL-EUA, sobre Comércio e Investimentos, que tem por objetivos perseguir metas de abertura de mercados entre os dois signatários, acompanhar o desenrolar das relações de comércio e investimentos, identificando e envidando esforços no sentido de remover entraves aos fluxos de comércio e de investimento (MRE e IPARDES, 1992)⁽¹¹⁾.

Outra influência extra-regional relevante que o MERCOSUL tem recebido diz respeito à União Européia. A UE assinou um acordo de cooperação interinstitucional entre as comunidades européias e o MERCOSUL, em 1992, abrangendo intercâmbio de informações, formação de pessoal, assistência técnica e apoio institucional. Esse acordo pode vir a se transformar em um fator positivo para conduzir a integração dos quatro países signatários do MERCOSUL, tendo em vista que as preocupações da UE não se limitam exclusivamente às questões de ordem comercial, mas também é dada ênfase a aspectos relativos ao desenvolvimento econômico.

Assim, diante da orientação que o MERCOSUL tem seguido até agora, torna-se necessária a revisão e o aperfeiçoamento de muitos aspectos do processo, sendo indispensável o envolvimento e a participação dos mais amplos segmentos da sociedade, para que a integração constitua um benefício generalizado, e não, restrito a poucos grupos ou agentes econômicos.

Em relação ao terceiro fator, ou seja, às características econômicas regionais, a economia do Nordeste brasileiro possui inequívocas complementaridades em relação às economias dos três países vizinhos.

O Nordeste tem-se revelado, também, uma região tradicionalmente exportadora e geradora de divisas líquidas para o Brasil, com *superavit* acumulado superior a 15 bilhões de dólares nos últimos dez anos.

Contudo, o Nordeste, não obstante ser superavitário na balança comercial e se caracterizar como região tradicionalmente exportadora, não tem aproveitado bem essa condição, pois nos últimos anos suas exportações têm-se mantido em níveis inferiores a 10% do total nacional. Esse fato é mais grave quando se tem em conta que a participação do Brasil no total do comércio mundial ainda é inexpressiva, algo em torno de 1%.

As perspectivas de reverter esse quadro são promissoras, uma vez que o setor primário nordestino oferece várias oportunidades para novos investimentos e negócios internacionais, principalmente a partir do binômio agricultura irrigada e agroindústria.

A importância da agricultura irrigada no Nordeste, cujo potencial de irrigação é de aproximadamente 3 milhões de hectares, deve-se ao fato de permitir o cultivo de culturas de elevado valor agrícola e a obtenção de mais de uma safra por ano, com relevante aumento da renda e menor risco para o retorno dos empreendimentos.

Dessa forma, o segmento de produtos tropicais, a exemplo de frutas, hortaliças, legumes e flores tem grande potencial de aceitação tanto nos países do MERCOSUL quanto na Europa, Estados Unidos e Ásia, além, é claro, do próprio mercado interno brasileiro.

O Nordeste possui vantagens comparativas nesse segmento, traduzidas em disponibilidade de terra, abundante mão-de-obra e favoráveis condições edafoclimáticas. Aliada a esses fatores de ordem natural, a Região já dispõe de infra-estrutura (inclusive obras de irrigação) e empresas com experiência para a exploração destas atividades, especialmente nos pólos agroindustriais irrigados do Norte de Minas, Petrolina/Juazeiro, Açu e Baixo/Médio Jaguaribe (SDR, 1992)⁽¹⁴⁾.

Além disso, o Nordeste do Brasil é uma das poucas regiões do mundo com vantagens comparativas e competitivas para incrementar as exportações de frutas tropicais para a Europa, os Estados Unidos e a Ásia no período de outubro a abril, época em que a oferta dos países produtores do hemisfério norte é interrompida pelo inverno.

No momento, a Região está exportando abacaxi, melão, manga, uva e outras frutas frescas para a Europa e Estados Unidos, tendo o volume de negócios crescido de forma substancial a cada ano. As perspectivas são também promissoras para as exportações nordestinas de acerola, mamão papaia, limão, graviola e abacate.

Há estimativas de que o Nordeste poderá exportar anualmente até US\$ 5 bilhões de frutas tropicais para o mercado internacional, cuja demanda potencial é da ordem de US\$ 26 bilhões, distribuídos nos diversos blocos econômicos, tais como a União Européia, o NAFTA, os países asiáticos, além do MERCOSUL.

A atividade agroindustrial está amplamente respaldada na agricultura irrigada do Nordeste que, em 1993, totalizou 400 mil hectares irrigados, sendo 83% desse total localizados em 14 pólos agroindustriais, explorados com quase 70 culturas irrigadas.

O excedente esperado de matérias-primas oriundas dos projetos de irrigação no Nordeste torna plenamente viável a instalação de novas unidades agroindustriais processadoras de óleos vegetais comestíveis, derivados de soja, arroz, milho, frutas, legumes e hortaliças, geradores de várias linhas de produtos, tais como sucos, polpas, doces, desidratados, condimentos e supergelados.

Em termos das perspectivas de mercado para a agroindústria nordestina, colocam-se os mercados regional e nacional, bem como o mercado internacional, este último notadamente para o grupo de processamento de frutas, legumes e hortaliças.

Novas perspectivas para a agricultura irrigada e agroindústria nordestinas surgem com a possibilidade da transposição de águas do São Francisco para os Estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. O projeto de transposição propiciaria a irrigação adicional de 600 mil ha, beneficiando diversas categorias de produtores que, além das culturas já existentes, explorariam novas opções agrícolas e agroindustriais, voltadas tanto para o mercado interno como para o exterior.

A expansão e a consolidação desse segmento está a depender de políticas agrícola e agroindustrial consistentes para a Região, abrangendo pesquisa e

assistência técnica (inclusive privada), crédito e seguro, capacitação de recursos humanos, *marketing* e promoção dos produtos tropicais nordestinos (SDR, 1992)⁽¹⁴⁾.

Além disso, o segmento necessita de uma melhor estrutura de comercialização, para expandir suas vendas no mercado internacional. Os investimentos nos canais de comercialização incluem infra-estrutura física - estradas vicinais, rodovias, ferrovias e portos - e apoio logístico para aproveitar as épocas de entressafra dos países importadores.

Outro ramo do setor primário de grandes potencialidades é a pesca industrial marítima (atum, por exemplo), valendo ressaltar que a Região oferece condições ideais para a criação de camarão em cativeiro.

Contudo, é necessário ressaltar que a integração de economias regionais ao mercado mundial leva à perda relativa de autonomia e à crescente influência de forças econômicas e políticas externas no estabelecimento dos planos e programas de desenvolvimento regional.

Conforme SANTOS (1992)⁽¹⁵⁾,

"a abertura de novos mercados ou liberalização do comércio e o acesso a novas fontes de capital privado podem dar um novo impulso ao desenvolvimento agrícola regional. Todavia, a crescente integração à economia mundial traz consigo novos riscos e altos custos. Estes seriam aqueles associados com a crescente influência do capital transnacional, a dependência do mercado mundial e a necessidade de operar em mercados cada vez mais competitivos. Sem uma intervenção decisiva por parte das autoridades governamentais os setores mais atingidos serão os mais frágeis, ou seja, pequenos produtores, camponeses e trabalhadores sem terra."

Segundo ainda a CEPAL (1992)⁽³⁾, apesar de a agricultura e a agroindústria de exportação contribuírem para a solução de questões relativas à balança de pagamentos, *deficit* fiscal, além de possuírem efeitos indutores nos demais setores da economia, não são suficientes, contudo, para inverter o quadro de atraso de boa parte da população rural.

Dessa forma, a promoção da exportação de produtos tropicais e ornamentais por parte do Nordeste para o MERCOSUL não deverá ocorrer em detrimento de uma política agrícola que vise ao auto-abastecimento e à segurança alimentar, satisfazendo as demandas e necessidades regionais, diretriz seguida por praticamente todas as nações que lograram o desenvolvimento econômico.

O turismo é outro setor nordestino que apresenta elevado potencial de ganhos com o MERCOSUL. Mais uma vez as vantagens comparativas naturais do Nordeste nesse segmento são destacadas, considerando-se que a Região possui uma extensa faixa litorânea de 3.500 km, do Maranhão até a Bahia, caracterizada por um clima tropical, elevado grau de insolação, águas tépidas e atraentes paisagens naturais (FREIRE, 1990)⁽⁶⁾.

O Nordeste desfruta, também de um diversificado patrimônio histórico, artístico e cultural que, aliado à rica culinária e índole festiva e hospitaleira do povo, consolidam a vocação turística da Região, segmento que representa importante alternativa para o desenvolvimento regional e geração de divisas.

O turismo é uma atividade que proporciona um grande número de empregos diretos e indiretos, distribui a renda de forma mais equitativa, além de possuir efeitos indutores nos setores agrícola, industrial e de serviços.

Com relação à indústria ressalte-se, no setor mineral, que o Nordeste é detentor de expressivas jazidas de fosfato, urânio, gipsita, calcário, magnésita, argila e um conjunto variável de gemas preciosas. Ótimas possibilidades de negócios encontram-se no segmento de pedras ornamentais, especialmente o granito, cujas jazidas são imensas e ocorrem em quase todo o Nordeste, com grande variedade de tipos, padrões raros e exóticos de grande aceitação no mercado internacional. Em menor escala ocorrem as jazidas de mármore travertino, de mármore branco e outros.

O Nordeste já vem exportando granito em blocos (bruto) para a União Européia e em forma de chapas e modulados para os Estados Unidos e Japão.

Os negócios internacionais tendem a aumentar de valor com as exportações de granito e mármore trabalhados para mercados de importação crescente, tais como Alemanha, Canadá e Bélgica. O MERCOSUL pode constituir-se em importante comprador desses produtos.

No segmento da transformação, apresentam enormes possibilidades de desenvolvimento os grandes complexos industriais, cujas potencialidades ainda não foram plenamente exploradas. É o caso dos complexos petroquímico de Camaçari, na Bahia; Cloroquímico de Alagoas e Sergipe; Minerometalúrgico do Rio Grande do Norte, Siderometalúrgico do Maranhão e Complexo Industrial portuário de Suape, em Pernambuco. Por outro lado, constituem promissoras oportunidades de investimento as indústrias tradicionais e estratégicas representadas pelos segmentos de produtos alimentares, têxteis, confecções, calçados, transformações plásticas, minerais não-metálicos, celulose e papel, materiais de transporte e couros.

Pelo lado das importações de produtos do MERCOSUL, que irão aumentar a oferta interna nordestina mas também vão concorrer com as atividades locais, alinham-se os seguintes itens: tomate, milho, laticínios, materiais de construção, leite, arroz, soja, peixes e frutas secas.

O principal argumento a favor do Nordeste, além de vantagens competitivas e comparativas em algumas áreas, é que sua economia é complementar em relação à do MERCOSUL. Em contrapartida, as dificuldades nordestinas estão relacionadas principalmente com os custos do frete (distância), mão-de-obra não qualificada e infra-estrutura (portos, estradas etc).

Dessa forma, uma preocupação para o Nordeste, quanto a sua efetiva integração no Projeto MERCOSUL, diz respeito às grandes distâncias entre o eixo central desse mercado comum e a porção setentrional do Brasil. Realmente, são delineadas no âmbito desse projeto de integração a existência do MERCOSUL "de direito" e do MERCOSUL "de fato".

O primeiro compreende os quatro países signatários do Tratado de Assunção. Já o MERCOSUL "de fato", engloba as áreas dos países-membros que estão efetivamente engajadas nos fluxos de comércio e intercâmbio da integração, em função da proximidade geográfica, e ainda por se constituírem na porção mais dinâmica do Mercado Comum do Sul (SIMONSEN ASSOCIADOS, 1992)⁽¹⁶⁾.

O MERCOSUL "de fato" possui uma população de aproximadamente 100 milhões de habitantes, PIB de US\$ 460 bilhões e renda "per capita" em torno de US\$ 4.600, equivalente à de Portugal. A área do MERCOSUL "de fato" compreende a região central da Argentina, a totalidade do Sul, parte do

Sudeste e do Mato Grosso do Sul em termos de Brasil, a região oriental do Paraguai e a totalidade do Uruguai.

Esse espaço polarizado tenderá a concentrar maiores investimentos por parte dos governos envolvidos na integração, além de representar um pólo absorvedor de maior interesse por parte da iniciativa privada, captando também maiores fatias dos fluxos financeiros nacionais e internacionais.

Estando o Nordeste distante deste pólo de atração do Cone Sul, a Região poderá arcar com desvios e perdas nos fluxos de investimentos e capitais, no deslocamento de mão-de-obra, inclusive especializada, havendo, conseqüentemente, transferências de rendas inter-regionais. As disparidades sócio-econômicas entre o Nordeste e as regiões mais ricas do MERCOSUL tenderão a agravar-se, nessas circunstâncias.

As colocações enfocadas nesse capítulo merecem ser discutidas e aprofundadas no âmbito dos mais diversos setores do Nordeste, uma vez que o processo de formação do MERCOSUL e a inserção da economia brasileira no plano internacional afetarão de forma significativa os agentes econômicos regionais. Os possuidores de maiores informações e conhecimentos sobre o processo estarão aptos a se protegerem de adversidades e usufruirm das vantagens.

A realização de estudos e pesquisas específicos sobre segmentos produtivos promissores do Nordeste, além da identificação de oportunidades de negócios, é importante a fim de que as atividades dotadas de vantagens comparativas naturais se transformem em setores eficientes, inclusive em condições de competir no mercado internacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

Uma das conclusões básicas a que se pode chegar da atual integração do Cone Sul, diz respeito à grande ênfase dada aos aspectos mercantilistas do processo, enquanto que as questões relativas ao desenvolvimento econômico, à colaboração tecnológica e ao intercâmbio político, social e cultural estão relegadas ao segundo plano.

As linhas mestras seguidas no âmbito do MERCOSUL (abertura econômica para terceiros países, reduções tarifárias e ausência de proteção aos investimentos já efetuados no espaço a ser integrado), diferente das propostas implementadas

no âmbito da ALALC/ALADI, atendem sobretudo aos interesses do capital internacional localizado no subcontinente.

Redução de custos, ampliação de mercados e racionalização administrativa são os principais ganhos desses segmentos, como decorrência da integração.

Enquanto isso, os setores mais frágeis e vulneráveis das nações integradas arcarão com os maiores custos do processo, uma vez que esses agentes não têm condições de competir a nível internacional. Fatalmente serão deslocados de suas atividades, o que implicará, em última instância, desemprego, migrações, aumento das desigualdades regionais, enfim, elevados custos econômicos e sociais.

Outro fato relacionado com o MERCOSUL refere-se à atitude passiva ou quase nula com que as sociedades dos quatro países vêm encarando o processo. Essa falta de participação decorre principalmente da não divulgação de informações e questões atinentes ao processo, além do exíguo espaço de tempo para conformação do mercado comum, impedindo que os diversos segmentos se ajustem às mudanças propostas.

O Brasil, frente às manifestas tendências na instalação do Mercosul, certamente obterá ganhos com a integração, em função do tamanho de seu mercado e do nível de industrialização e desenvolvimento até aqui alcançados. Contudo, a excessiva abertura do mercado comum para terceiros países caracteriza uma ameaça para diversos segmentos do País.

Especificamente em se tratando do Nordeste, existem oportunidades de negócios para diversos segmentos, tais como produtos agrícolas tropicais, turismo, confecções e têxteis, couros e calçados, mármore e granitos, e pescados, os quais possuem vantagens comparativas consideráveis.

Por outro lado, os custos econômicos e sociais para a Região decorrem, sobretudo, dos riscos da polarização, ou seja, a tendência à atração de capitais e transferências de rendas para o MERCOSUL "de fato".

Diante da conjuntura de abertura da economia do Brasil, tendo ainda em perspectiva o MERCOSUL, os desafios para os órgãos de desenvolvimento e autoridades regionais do Nordeste, bem como para o setor privado, são ainda maiores que os atuais.

Assim, entende-se que a aceleração do crescimento econômico do Nordeste é o critério fundamental que deverá orientar as ações das instituições encarregadas de promover o desenvolvimento da Região, com a busca da eficiência na alocação dos recursos e sem perder de vista a dimensão social.

Dentre esses princípios, recomenda-se a adoção das seguintes orientações por parte desses órgãos:

- a) incorporar inovações tecnológicas ao sistema produtivo e introduzir técnicas modernas de gestão e organização na produção, objetivando dar maior eficiência e competitividade à economia regional;
- b) integrar os complexos agropecuários e industriais da Região, a partir de uma visão sistêmica de toda a cadeia produtiva;
- c) atrelar os investimentos em infra-estrutura econômica e social com as atividades produtivas, a fim de se otimizarem as inversões;
- d) incentivar a parceria do setor público com o setor privado e estimular a cooperação técnica e o intercâmbio internacionais;
- e) elevar a capacidade técnica e científica, mediante o fortalecimento de institutos e centros de pesquisa e desenvolvimento, e investir na formação e capacitação de recursos humanos;
- f) privilegiar as atividades econômicas que possuam vantagens comparativas naturais, a exemplo da agricultura irrigada, agroindústrias, pesca, turismo e mineração, e modernizar as atividades industriais já implantadas, tais como os segmentos têxtil, confecções, metal-mecânico, cloroquímico e petroquímico.

Diante do exposto, o que se espera do processo de integração do MERCOSUL é uma retomada dos princípios anteriormente previstos no âmbito do PICE. Nesse caso, os aspectos de cooperação econômica entre os quatro países deveriam ser privilegiados, contando com a efetiva participação da sociedade e intervenção e planejamento das esferas governamentais, a fim de que essas nações possam estimular os níveis de competitividade frente aos países avançados, mas tendo o desenvolvimento econômico como objetivo maior a ser alcançado.

Abstract: This study aimed to evaluate the appearance of regional economic blocks, the globalization of the world economy, and the consequences of the formation of the Southern Cone Free Trade Area, known as MERCOSUL, to the northeast region of Brazil. The observations suggest that within MERCOSUL the tendencies are toward trading aspects with strong predominance of the private sector, also allowing excessive interference of countries outside the Southern Cone. On the other hand, aspects like economic and cooperation development apparently are not high priorities. Accordingly, the sector that will receive more profits should be the big capital. Some sectors of the northeast region of Brazil will probably benefit with MERCOSUL. However, the Region as a whole is endangered to loose capital and investments, thus increasing the gap between richest and poorest regions of the MERCOSUL.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. ALIMONDA, H. Cone passivo. In: **Teoria e debate** n. 19, São Paulo, jul.-set., 1992.
02. BELA BALASSA, J. D. **Teoria de la integración económica**. México, Union Tipográfica Editorial, 1961.
03. CEPAL. **Los Nuevos escenarios agrícolas en formación**. Santiago, 1992.
04. COUTINHO, L. G. e SUZIGAN, W. **Desenvolvimento tecnológico da indústria e a constituição de um sistema nacional de inovação no Brasil**. Campinas, UNICAMP, 1990.
05. EL PAÍS. **Magos de hoz**. Madri, fev., 1993.
06. FREIRE, L.L.R. **O Turismo e sua importância para a economia do Nordeste**. Fortaleza, BNB, 1990.
07. HIRST, M. **Reflexiones para un análisis político del MERCOSUR**. Buenos Aires, FLACSO, 1991.

08. HIRST, M. e STREB, M.L. Desarrollos recientes del proceso de integración en America Latina. In: BOUZAS, R. **Apertura económica e integración regional en América Latina**. Madrid, Fundación CEDEAL, 1992.
09. JAGUARIBE, H. O Brasil e a iniciativa Bush. In: Velloso, J.P. dos R. (organizador). **O Brasil e o plano Bush**. São Paulo, NOBEL, 1991.
10. MACADAR, B.M. de. **A Integração latino-americana: da ALALC ao MERCOSUL**. Porto Alegre. (Dissertação de mestrado), 1992.
11. MRE e IPARDES. **MERCOSUL: textos básicos**. Curitiba, Imprensa Oficial do Paraná, 1992.
12. ROSENTHAL, G. Algunas lecciones de la integración económica en América Latina: el caso de Centroamérica. In: **Economía de América Latina**. México, n. 8, jan.-jun., 1982.
13. ROSSETO, M. O MERCOSUL do ponto de vista dos trabalhadores. In: **Boletim de integração latino-americana**. Brasília, MRE, jan.-mar., 1993.
14. SDR. **Programa de exportação de frutas do Nordeste**. Brasília, 1992.
15. SANTOS, E.A. **La Agricultura de América Latina y el Caribe: problemas y desafios en el nuevo contexto internacional**. In: CURSO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO AGROINDUSTRIAL NO MERCOSUL 1. Curitiba, 1992.
16. SIMONSEN ASSOCIADOS. MERCOSUL: o desafio do marketing de integração. In: **Boletim de integração latino-americana**. Brasília, MRE, 1992.

NOTA AOS COLABORADORES

01. A Revista Econômica do Nordeste (REN) é uma publicação trimestral do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), destinada à divulgação de trabalhos de cunho técnico-científico resultantes de estudos e pesquisas que contribuam para a formação e qualificação dos recursos humanos do Nordeste e concorram para a constituição de base de informação sobre a Região.
02. A REN tem como finalidades:
 - a) Promover a integração técnico-científica do BNB com outros órgãos de desenvolvimento do Nordeste, de modo a reforçar seu papel de banco de desenvolvimento regional;
 - b) estimular a comunidade intelectual nordestina à produção de trabalhos técnico-científicos nas áreas de Administração, Economia, Sociologia e ciências afins, bem como das tecnologias afetas a essas áreas do conhecimento;
 - c) oferecer subsídios à formação de consciência crítica sobre aspectos sócio-econômicos da Região; e
 - d) divulgar trabalhos do BNB que retratem as especificidades da Região.

Como apresentar artigos para publicação:

03. O autor enviará duas cópias do trabalho - que não serão devolvidas. O artigo é analisado por um corpo de consultores, mantendo-se em sigilo a identidade do autor. A seleção dos trabalhos para publicação cabe à Comissão Editorial. Durante a tramitação do trabalho, o autor pode obter informações pelo telefone (085) 299.3137, fax (085) 299.3324 e telex (85) 1247. Trabalhos e correspondências devem ser enviados para:

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
 Editor da Revista Econômica do Nordeste
 Centro de Documentação e Informação — CDI
 Av. Paranjana, 5.700 — Passaré
 CEP 60740-000 FORTALEZA CE.

04. O trabalho deve estar redigido em Português, em forma de artigo, totalizando no mínimo vinte (20) e no máximo quarenta (40) páginas datilografadas em papel carta, espaço dois. Damos preferência a que os originais sejam enviados em disquete, digitados no processador de textos Fácil 7.0 ou Wordperfect, com o seguinte formato: páginas de 66 linhas, cada uma com 65 toques.

05. Os originais das ilustrações (fotos, gráficos, mapas etc.) devem ser remetidos em anexo.
06. Acompanharão o trabalho resumos em Português e Inglês de, no máximo, uma página.
07. Solicita-se que os artigos sejam redigidos em linguagem acessível, minimizando o jargão teórico e as formulações matemáticas, sem sacrificar a qualidade do trabalho.
08. As fórmulas matemáticas, quando indispensáveis, deverão ser datilogradas no próprio texto, com clareza, não podendo oferecer dupla interpretação (Ex: não confundir o algarismo 1 com a letra l).
09. A apresentação do trabalho deverá estar de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) no que tange às notas e referências bibliográficas.
10. Cada trabalho publicado na REN dá direito ao(s) autor(es) a 20 exemplares da Revista.
11. A partir de janeiro de 1995, os artigos deverão vir acompanhados de parecer favorável à sua publicação, dado por professor, pesquisador ou técnico de instituição reconhecida no meio acadêmico ou na sociedade civil.

Como apresentar resenhas:

12. As resenhas de livros ou conferências, resultados de pesquisas e comunicações feitos em congressos e seminários para publicação na REN terão no máximo duas páginas de 66 linhas, cada uma com 65 toques.
13. O autor assina a resenha, responsabilizando-se pelo que afirma da obra comentada.
14. São indispensáveis dados como editora, entidade e endereço onde a pessoa interessada possa adquirir o documento/obra objeto de análise.
15. O resenhista remeterá seu texto e um exemplar do trabalho focado (que não serão devolvidos), juntamente com seu nome completo, endereço, telefone, fax e outras indicações que facilitem contatos posteriores, se necessários.
16. A REN selecionará as resenhas para publicação segundo os critérios de espaço e adequação a seus objetivos expressos nos itens 01 e 02, acima.



bnb BANCO DO NORDESTE
DO BRASIL S.A.

**DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
E PATRIMONIAIS - DIREP**

Central de Apoio Logístico -- CENAL

**Área de Produção de Comunicação
e Documentação -- APROD**

94/0898

09/700